3 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER

3.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO

No dia 18 de dezembro de 1946, nascia o DER, por meio do Decreto-Lei nº 547, entidade diretamente ligada à Secretaria de Viação e Obras Públicas, erigida em pessoa jurídica com autonomia administrativa e financeira. Assinavam o Decreto-Lei o interventor do Estado, general Mário Gomes da Silva, e os Secretários de Estado, major Fernando Flores e os bacharéis Rui Itiberê da Cunha e José Bittencourt de Paula. Pela letra da lei, o DER surgiu de conformidade com o disposto no artigo 6º nº V do Decreto-Lei Federal nº 1.202, de 08 de abril de 1939, e nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 8.219, de 26 de novembro de 1945.

No dia 6 de maio de 1947, pelo Decreto-Lei nº 635, foi organizado o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Era governador o interventor Manoel Ribas e Secretário de Viação de Obras Públicas o engenheiro Benjamim Mourão. Como primeiro Diretor-Geral assumiu o engenheiro Osvaldo Pacheco de Lacerda.

Pela Lei nº 1.052, de 20 de novembro de 1952, o DER foi reorganizado como pessoa jurídica, ganhando autonomia administrativa e financeira. O Governador do Paraná era o engenheiro Bento Munhoz da Rocha Netto e o Diretor do DER/SVOP, o major e engenheiro Luiz Carlos Pereira Tourinho.

Pelo Decreto nº 13.221, de 3 de dezembro de 1968, ao primeiro Secretário Extraordinário Eurides Mascarenhas Ribas, nomeado pelo Governador, através do Decreto nº 13.219, de 03 de dezembro de 1968, foi atribuída competência para o trato no âmbito

Estadual, de assuntos concernentes a transportes e de coordenar as atividades dos órgãos: Departamento de Estradas de Rodagem-DER, Administração do Porto de Paranaguá-APP, Administração do Porto de Antonina-APA e Comissão de Estrada de Ferro Central do Paraná-CEFCP.

Lei nº 5.939, de 6 de maio de 1969 os órgãos que integravam à jurisdição do Secretário Extraordinário dos Transportes, passaram à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes¹. Componente da estrutura administrativa do Estado do Paraná, à Pasta coube o controle da política relativa às atividades e o desenvolvimento dos órgãos setoriais de Transportes do Estado do Paraná. A Secretaria dos Transportes, nesta época tinha a finalidade de estudar, aprovar, promover, elaborar e estabelecer planos setoriais de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa correspondentes aos diversos sistemas de transportes.

Decreto nº 18.019, de 22 de janeiro de 1970, aprovado o Regulamento das Delegações de Controle que são órgãos deliberativos de caráter fiscal-contábil, atuando junto às autarquias DER, APP e APA da Secretaria dos Negócios dos Transportes nos termos da Lei nº 4.689, de 4 de fevereiro de 1963, que dispõe sobre a prestação de contas dos administradores das Entidades Autárquicas Estaduais e da Lei nº 5.939, de 6 de maio de 1969, que dispõe sobre a constituição da Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes.

3.2 REGULAMENTAÇÃO

Pelo Decreto nº 8.424, de 7 de junho de 1962, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná/SVOP, teve seu Regimento aprovado.

O Decreto nº 16.708, de 22 de dezembro de 1964, aprova o Regulamento do DER/SVOP, ficando organizados os Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros, na

¹ Equivale a Secretaria dos Transportes e Secretaria de Estado dos Transportes.

Seção de Transporte Coletivo, subordinada à Divisão do Tráfego, Divisão vinculada à Diretoria-Geral.

O Decreto nº 369, de 7 de março de 1966, aprova o Regulamento do Conselho Rodoviário Estadual.

O DER, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à SVOP, teve seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.947, de 27 de abril de 1967.

Com o Decreto nº 17.007, de 29 de outubro de 1969, o Regulamento do Conselho Rodoviário Estadual, aprovado pelo Decreto nº 369, de 7 de março de 1966, passa a vigorar na forma do Anexo que com este baixa.

A Lei nº 6.059, de 16 de dezembro de 1969, cria o Conselho de Tráfego do DER.

A Lei nº 6.403, de 24 de maio de 1973, inclui entre os membros do Conselho Rodoviário Estadual, previsto no art. 6º do Decreto nº 17.007, de 29 de outubro de 1969, um representante dos municípios.

O Decreto nº 4.217, de 27 de agosto de 1973, extingue da estrutura organizacional do Departamento de Estradas de Rodagem, vinculado à Secretaria dos Transportes, a Divisão de Implantação Básica, a Divisão de Pavimentação e o Serviço de Cálculo de Medições, passando as suas atribuições à competência de Comissão Especial a ser constituída de forma autorizada pelos artigos 43 e 44 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.947, de 27 de abril de 1967.

Decreto nº 3.843, de 31 de agosto de 1977, aprova o Regulamento do DER, nos termos da Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Decreto nº 3.854, de 2 de setembro de 1977, ficam extintos o Conselho de Tráfego, criado pela Lei nº 6.059, de 16 de dezembro de 1969, e o Conselho Administrativo e Conselho Rodoviário Estadual, instituídos pela Lei nº 5.050, de 26 de março de 1965.

Decreto nº 4.387, de 29 de novembro de 1984, aprovado o Regulamento e

Estrutura do DER, nos termos da Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, estabelecendo que compete ao DER executar o Programa Rodoviário de acordo com as diretrizes gerais e específicas que regem a ação governamental, bem como cumprir suas obrigações administrativa, financeira e de utilidade ao Público.

Portaria 100, de 2 de maio de 1985, aprova o Regimento Interno do DER.

Decreto nº 5.449, de 27 de julho de 1989, aprova o Regulamento e a Estrutura Organizacional Básica do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. Ficando Revogados os Decretos nºs 4.387, de 29 de novembro de 1984 e 2.505, de 2 de março de 1988.

Com esse Regulamento o Núcleo dos Serviços de Transporte Comercial passa para a Diretoria de Apoio Rodoviário aos Municípios, como Divisão dos Serviços de Transporte Comercial.

Portaria nº 166, de 4 de setembro de 1989, aprova o Regimento Interno do DER.

Deliberação nº 622, de 24 de outubro de 1989, trata da aprovação das correções e alterações no Regimento Interno do DER.

Portaria nº 204, de 1 de novembro de 1989 aprova o Regimento Interno do DER.

Deliberação nº 481, de 7 de novembro de 1994 aprova o Regimento Interno do DER, com suas alterações no que se refere a criação da Divisão de Controle Patrimonial, competência do Conselho Diretor e Diretoria-Geral (Decreto nº 3.683/94) e criação do nível de atuação dos Centros Regionais (Decreto nº 1.222/92).

3.3 TRANSFORMAÇÃO

Decreto nº 2.505, de 2 de março de 1988, o Departamento dos Serviços de Transporte Comercial-DSTC, unidade integrante da estrutura organizacional do DER, por força do Decreto nº 2.435, de 8 de fevereiro de 1988, passa a determinar-se Núcleo dos Serviços de Transporte Comercial-DSTC, vinculado diretamente ao Diretor-Geral do DER.

Resolução nº 138, de 21 de outubro de 1988, determina a junção dos acervos das Bibliotecas da SETR e do Departamento de Estradas de Rodagem, ficando a responsabilidade administrativa dos mesmos ao DER.

Com esse Regulamento o Núcleo dos Serviços de Transporte Comercial passa para a Diretoria de Apoio Rodoviário aos Municípios, como Divisão dos Serviços de Transporte Comercial.

Resolução nº 017, de 10 de abril de 1991, determina que a Coordenação de Planos e Programas de Transportes e a Diretoria de Obras do DER, acompanhem e fiscalizem a execução das Obras de construção da Infra-estrutura ferroviária entre Guarapuava e Guaíra, conforme prevê a cláusula 3ª, e itens "a" e "d" da cláusula 6ª e item VI da cláusula 4ª, 8ª do termo aditivo ao convênio.

Decreto nº 1.222, de 20 de março de 1992, inclui na estrutura organizacional básica do Departamento de Estradas de Rodagem-DER, de que trata o art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.449, de 27 de julho de 1989, o nível de atuação Regional, ficando os Centros Regionais constantes do item "4" da alínea "b" do inciso 3º do referido artigo transferido para o nível criado.

Deliberação nº 186, de 2 de junho de 1992 trata da reformulação do Regimento Interno dos Centros Regionais do DER, tendo em vista o Decreto nº 1.222, de 20 de março de 1992, que subordinou os Centros Regionais ao Diretor-Geral do DER.

Portaria Conjunta SETR e DER nº 001, de 1 de fevereiro de 1994, estabelece que a partir de 1 de fevereiro de 1994, o gerenciamento da área de informática do DER estará a cargo da CIS-Coordenação de Informática Setorial da Secretaria de Estado dos Transportes, que passa a ser responsável pelo atendimento e a organização das demandas de processamento de dados da SETR e do DER, no que tange ao desenvolvimento de novos sistemas.

Decreto nº 3.683, de 16 de junho de 1994, dá nova redação ao art. 15 do Anexo ao

Decreto nº 5.449, de 27 de julho de 1989, que aprovou o Regulamento do DER, bem como institui junto a Diretoria Administrativo-Financeira, do Departamento, a Divisão de Controle Patrimonial.

Através do Decreto nº 1.921, de 31 de maio de 1996, foram incluídos no Art. 18 do Anexo ao Decreto nº 5.449, de 27 de julho de 1989, que aprovou o Regulamento do DER, os incisos XIX e XX e conseqüente renumeração do inciso XIX para XXI, referentes às competências da Assessoria Técnica, tendo em vista a institucionalização da Assessoria de Meio Ambiente.

Portaria nº 329, de 16 de agosto de 1996, dá nova redação a Portaria nº 204, de 23 de novembro de 1989, no que diz respeito a criação da Assessoria do Meio Ambiente na Assessoria Técnica do DER e estabelece as competências da mesma.

Decreto nº 2.392, de 8 de outubro 1996, inclui no anexo ao Decreto nº 5.447 de 27-7-96, que aprovou o Regulamento do DER, as alterações referentes às concessões e pedagiamento.

Portaria nº 507, de 4 de dezembro de 1996, introduz modificações no Regimento Interno do DER, aprovado pela Portaria nº 204, de 1 novembro de 1989, que foi alterada pela Portaria nº 329 de 16-8-96, no que diz respeito a regulamentação das atividades de concessões e pedagiamento.